



Relatório "Diagnóstico do 1° Grau 2023"

Rede de Governança Colaborativa Regional Plano Diretor Anual - Decreto Judiciário nº 22/2023

Maio, 2023

ELABORADO POR	APROVADO POR	DATA DE ATUALIZAÇÃO	CONTROLE DE VERSÃO
Diretoria de 1º Grau	Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau	22/05/2023	001.2023





SUMÁRIO

1. Apresentação	3
2. Rede Regional de Governança Colaborativa do PJBA	3
3. Plano Diretor Anual	5
4. Análise das Situações Enfrentadas no 1º Grau	7
4.1. REGIÃO 1	7
4.2. REGIÃO 2	9
4.3. REGIÃO 3	11
4.4. REGIÃO 4	12
4.5. REGIÃO 5	14
4.6. REGIÃO 6	15
4.7. REGIÃO 7	16
4.8. REGIÃO 8	17
4.9. REGIÃO 9	18
4.10. REGIÃO 10	20
4.11. REGIÃO 11	21
4.12. REGIÃO 12	22
4.13. REGIÃO 13	23
4.14. REGIÃO 14	24
4.15. REGIÃO 15	26
4.16. REGIÃO 16	27
4.17. REGIÃO 17	28
4.18. REGIÃO 18	29
5. Panorama Geral das Unidades	31
6. Análise dos dados de acervo e produtividade por REGIÃO	40
6.1. Quantitativo do acervo total por Região:	40
6.2. Quantitativo de processos em andamento no PJe - em cartório e gabinete - por Região	42
6.3. Quantitativo de processos em andamento no SAJ - em cartório e gabinete - por Região	44
6.4. Quantitativo de processos Meta 2 - em cartório e gabinete - por Região	46
6.5. Quantitativo de processos julgados em cartório e gabinete, por Região	48
6.6. Quantitativo de processos paralisados há mais de 100 (cem) dias - julgados e em andame - em cartório e em gabinete	ento 50
7. Análise do Acervo dos Cartórios Integrados	52
7.1. Quantitativo do acervo dos Cartórios Integrados:	52
7.2. Quantitativo do acervo dos GABINETES das varas integradas:	52
8. Conclusão	53
9. Aprovação	53





1. Apresentação

Trata-se de **Relatório de Diagnóstico do 1º Grau**, apresentado pela Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau de Jurisdição, tendo como base os dados extraídos dos Planos Diretores Anuais elaborados pelas unidades judiciais do 1º grau, em cumprimento ao quanto disposto no <u>Decreto Judiciário nº 22, de 16 de janeiro de 2023</u>, excluídas aquelas integrantes do Sistema dos Juizados Especiais.

O relatório objetiva fornecer subsídios que auxiliem a Administração deste Tribunal de Justiça na tomada de decisões e melhor gestão, sempre com enfoque na concretização da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição.

2. Rede Regional de Governança Colaborativa do PJBA

A Rede Regional de Governança Colaborativa do Poder Judiciário do Estado da Bahia foi criada em 2019 por meio do Decreto Judiciário n. 311/2019, nos moldes da <u>Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário Nacional</u> (Resolução CNJ n. 221/2016 e Portaria CNJ n. 59/2019).

Em 2022, com a instituição da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição (<u>Decreto Judiciário n. 69/2022</u>), a estrutura da Rede foi revisada pelo Decreto Judiciário n. 252/2022, respondendo à Presidência, por meio dessa Coordenadoria, com o suporte administrativo da Diretoria do 1º Grau.

As regiões que dividem o Estado da Bahia estão reagrupadas em 18 (dezoito) Coordenações Regionais, as quais são representadas por 06 (seis) Juízes Colaboradores da Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau, indicados pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, sem prejuízo das funções jurisdicionais (<u>Decreto Judiciário n. 282/2022</u>).

A Rede de Governança do PJBA, composta pela Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau de Jurisdição, Diretoria de 1º Grau e magistrados, tem o objetivo de **propor diretrizes** relacionadas à Estratégia do PJBA, impulsionar sua implementação, monitorar e divulgar os resultados. Além disso, atua em temas relacionados à governança, buscando melhorar o serviço judiciário e aproximar a administração das unidades da primeira instância.

A seguir, as Coordenações Regionais estabelecidas, bem como os respectivos





Juízes e Juízas Colaboradores da Rede:

REGIÕES	COMARCAS	JUIZ COLABORADOR	
1	SALVADOR		
2	CAMAÇARI, CANDEIAS, DIAS D'ÁVILA, LAURO DE FREITAS, MATA DE SÃO JOÃO, SÃO FRANCISCO DO CONDE, SIMÕES FILHO, POJUCA, TERRA NOVA, AMÉLIA RODRIGUES, CONCEIÇÃO DO JACUÍPE E CORAÇÃO DE MARIA	GILBERTO BAHIA DE OLIVEIRA	
3	FEIRA DE SANTANA, IRARÁ, SANTA BÁRBARA, SANTO ESTEVÃO, SERRINHA, TEOFILÂNDIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ, VALENTE, QUEIMADAS, SANTA LUZ, ITIÚBA, CANSANÇÃO, MONTE SANTO	CARLOS ROBERTO SILVA JUNIOR	
4	SANTO ANTÔNIO DE JESUS, NAZARÉ, ITAPARICA, CAMAMU, GANDU, VALENÇA, WENCESLAU GUIMARÃES, ITUBERÁ E TAPEROÁ		
5	CRUZ DAS ALMAS, GOVERNADOR MANGABEIRA, MARAGOGIPE, MURITIBA, SAPEAÇU, CASTRO ALVES, SANTA TEREZINHA, AMARGOSA, SANTO AMARO, SÃO FELIPE, SÃO FÉLIX, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E CACHOEIRA		
12	ALAGOINHAS, CATU, CIPÓ, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, CONDE, ENTRE RIOS, ESPLANADA, INHAMBUPE, ITAPICURU, NOVA SOURE, OLINDINA, RIO REAL		
6	JUAZEIRO, CAMPO FORMOSO, PINDOBAÇU, SENHOR DO BONFIM, CASA NOVA, CURAÇÁ, JAGUARARI, PILÃO ARCADO, REMANSO, SENTO SÉ, SOBRADINHO	KEYLA CUNEGUNDES FERNANDES DA SILVA	
7	PAULO AFONSO, JEREMOABO, CÍCERO DANTAS, ANTAS, PARIPIRANGA, RIBEIRA DO POMBAL, ARACI, TUCANO, EUCLIDES DA CUNHA, UAUÁ, CHORROCHÓ		
8	JACOBINA, CAPELA DO ALTO ALEGRE, MAIRI, RETIROLÂNDIA, RIACHÃO DO JACUÍPE, CAPIM GROSSO, SAÚDE, MIGUEL CALMON, PIRITIBA, MUNDO NOVO		
9	PORTO SEGURO, BELMONTE, EUNÁPOLIS, GUARATINGA, ITABELA, SANTA CRUZ CABRÁLIA, CARAVELAS, ITAMARAJU, ITANHÉM, MEDEIROS NETO, MUCURI, NOVA VIÇOSA, PRADO, TEIXEIRA DE FREITAS		
10	ILHÉUS, ITABUNA, CANAVIEIRAS, ITACARÉ, UNA, URUÇUCA, BUERAREMA, CAMACÃ, COARACI, IBICARAÍ, IBIRAPUÃ, ITAJUÍPE E UBAITABA	MICHELLE MENEZES QUADROS PATRÍCIO	





REGIÕES	COMARCAS	JUIZ COLABORADOR
11	JEQUIÉ, IPIAÚ, UBATÃ, JITAÚNA, IBIRATAIA, ITAGIBÁ, JAGUAQUARA, MARACÁS, SANTA INÊS, UBAÍRA, LAJE, MUTUÍPE	
13	BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, COCOS, CORIBE, CORRENTINA, SANTA MARIA DA VITÓRIA, SANTANA, BAIANÓPOLIS, COTEGIPE, FORMOSA DO RIO PRETO, RIACHÃO DAS NEVES, SANTA RITA DE CÁSSIA, SÃO DESIDÉRIO, SERRA DOURADA	RENATA GUIMARÃES DA SILVA FIRME
14	IRECÊ, BARRA, GENTIO DO OURO, OLIVEIRA DOS BREJINHOS, XIQUE XIQUE, BARRA DO MENDES, CANARANA, CENTRAL, JOÃO DOURADO, LAPÃO, MORRO DO CHAPÉU	
18	ITABERABA, RUY BARBOSA, IPIRÁ, ANDARAÍ, LENÇÓIS, IAÇU, UTINGA, PIATÃ, IBOTIRAMA, SEABRA, IRAQUARA	
15	VITÓRIA DA CONQUISTA, ITAPETINGA, ITARANTIM, ITORORÓ, ANAGÉ, BARRA DO CHOÇA, BELO CAMPO, CÂNDIDO SALES, ENCRUZILHADA, IGUAÍ, ITAMBÉ, MACARANI, PLANALTO, POÇÕES, TREMEDAL	RODRIGO SOUZA BRITTO
16	GUANAMBI, CAETITÉ, CARINHANHA, IGAPORÃ, PALMAS DE MONTE ALTO, PARAMIRIM, URANDI, BOM JESUS DA LAPA, MACAÚBAS, RIACHO DE SANTANA E TANQUE NOVO	
17	BARRA DA ESTIVA, BRUMADO, CACULÉ, CONDEÚBA, ITUAÇU, JACARACI, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, PRESIDENTE JÂNIO QUADROS, TANHAÇU	

Ainda, no âmbito da Diretoria de 1º grau, seis servidores e sete estagiários de pós-graduação atuam em suporte aos juízes colaboradores e às respectivas regiões.

3. Plano Diretor Anual

Com a reestruturação da Rede do TJBA e a determinação da obrigatoriedade da elaboração dos Planos Diretores Anuais pelas unidades judiciais da 1ª instância, foi possível aprimorar a coleta das informações para melhor auxiliar a Administração dessas unidades, seja em relação à estrutura física e de tecnologia, recursos humanos, bem assim no que tange à gestão do acervo processual.





Além disso, a instituição do PDA formaliza a disponibilização de um importante instrumento estratégico que direciona as atividades dessas unidades, com a identificação de sua infraestrutura e sua produtividade, a fixação de iniciativas e metas, a fim de organizar e planejar a atuação das varas.

Logo, o Plano Diretor Anual (PDA), serve para auxiliar na orientação da administração do TJBA, mas sobretudo como documento norteador da gestão das unidades judiciárias do 1º Grau pelos magistrados e diretores.

No período de 2019 a 2023, é possível verificar o expoente crescimento da elaboração e execução dos Planos Diretores Anuais pelas unidades judiciais do 1º grau, conforme comparativo abaixo:

PLANO DIRETOR ANUAL (PDA)				
2019-2021	2022	2023		
19 PDAs entregues	381 PDAs entregues	489 PDAs entregues		

No ano de 2023, a CAPG disponibilizou formulários eletrônicos com a inclusão de melhorias sugeridas pelos magistrados para otimizar a elaboração do Plano Diretor Anual, sanando as principais inconsistências identificadas na edição de 2022. Além disso, os modelos passaram a contemplar os dados dos sistemas SEEU e BNMP, além de outras informações relevantes para as unidades que têm competência de violência doméstica, execução penal e infância e juventude.

Os Formulários PDA 2023 foram divididos em 03 (três) links, a fim de que os modelos de Plano Diretor pudessem atender a todas as unidades judiciárias do 1º grau do PJBA, contemplando: informações dos sistemas SEEU e BNMP; e informações dos Cartórios Integrados.

Pelos formulários, os magistrados foram concitados a informar os seguintes pontos:

- A. Situação de servidores, funcionários cedidos e estagiários da unidade;
- B. Situação da infraestrutura e equipamentos de TI;
- C. Dados de acervo, de produtividade e de cumprimento das Metas Nacionais estabelecidos pelo CNJ;
- D. Análise SWOT;
- E. Metas de produtividade cartorária; e





F. Proposição de Iniciativas;

A partir dos dados apresentados, foi possível traçar um panorama das unidades judiciárias de 1º grau, o qual será apresentado neste relatório.

4. Análise das Situações Enfrentadas no 1º Grau

Inicialmente, passa-se ao exame da situação das unidades, especialmente no que diz respeito aos principais problemas enfrentados pelo 1º grau, conforme apresentado nos respectivos Planos Diretores Anuais.

4.1. REGIÃO 1

No que tange à Região 1, formada pelas unidades da comarca de **Salvador**, de um total de 110 (cento e dez) unidades judiciárias da comarca, **103 (cento e três) unidades** responderam aos Formulários PDA 2023, dando *feedback* das principais *weaknesses* (fraquezas) e *threats* (ameaças).

Na triagem dessas informações, foi observada que o tema **déficit de servidores**, esteve presente nas observações de 79 (setenta e nove) unidades judiciais, sendo 30 (trinta) Gabinetes de Unidades Integradas, 09 (nove) Cartórios Integrados e 40 (quarenta) Varas. Essa problemática inclui, além do número escasso de servidores para a demanda da unidade; servidores com aposentadoria em iminência; bem como a necessidade de servidores analistas (capacitados juridicamente), designação de segundo assessor para o juiz e a ampliação do período de estágio de pós-graduação.

A segunda questão mais mencionada, para o total de 77 (setenta e sete) unidades judiciárias; das quais 28 (vinte e oito) Gabinetes de Unidades Integradas, 09 (nove) Cartórios Integrados e 40 (quarenta) Varas, foi o assunto **equipamentos de TI precários e obsoletos**. Insta salientar que esse item engloba computadores e equipamentos de informática insuficientes para a quantidade de servidores/magistrados, que não funcionam adequadamente e/ou que estão com defeito sem ter havido a devida substituição; bem como internet lenta e com constante perda de conexão.

Com o mesmo quantitativo, foi mencionada o ponto **instabilidade dos sistemas processuais**, por 77 (setenta e sete) unidades judiciais, das quais 31 (trinta e um) são Gabinetes de Unidades Integradas, 09 (nove) Cartórios Integrados e 37 (trinta e sete) Varas. Engloba, além do problema de instabilidade do sistema PJe 1° Grau, a inconsistência do





sistema EXAUDI, a instabilidade do BMNP e a diversidade de sistemas, que dificulta a produção otimizada por parte dos servidores e magistrados.

A quarta questão, mencionada por 38 (trinta e oito) unidades, sendo 06 (seis) Gabinetes de Unidades Integradas, 05 (cinco) Cartórios Integrados e 27 (vinte e sete) Varas, é a **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, a qual engloba mobiliário sem ergonomia adequada; ausência de vagas no estacionamento para os servidores e o público externo; ausência de posto médico e cantina no prédio; aparelhos de ar condicionado barulhentos; instalações elétricas antigas e aparentes.

Além disso, outro ponto reincidente na mesma seara é a segurança, que envolve a localização do fórum; a ausência de câmeras para monitoramento e detectores de metais sem funcionamento; estacionamento mal iluminado e baixo quantitativo de policiais na região.

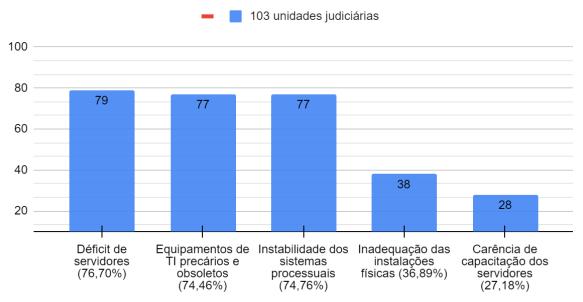
A quinta observação é a **carência de capacitação dos servidores**, citada por 28 (vinte e oito) unidades, sendo 07 (sete) Gabinetes de Unidades Integradas, 01 (um) Cartório Integrado e 20 (vinte) Varas. A problemática engloba servidores antigos com dificuldade e resistência no manuseio de novos sistemas/inovações tecnológicas; dificuldade técnica da equipe na produção por falta de conhecimento jurídico; ausência de capacitação continuada e de capacitação para novos servidores; e necessidade de aprimoramento do trabalho dos Oficiais de Justiça.





Região 1





4.2. **REGIÃO** 2

No que tange à Região 2, formada pelas comarcas de Camaçari, Candeias, Dias D'ávila, Lauro de Freitas, Mata de São João, São Francisco do Conde, Simões Filho, Pojuca, Terra Nova, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe e Coração de Maria, de um total de 38 (trinta e oito) unidades judiciárias da Região, 34 (trinta e quatro) apresentaram suas principais fraquezas e ameaças.

Destas, aproximadamente 88% das unidades mencionaram **equipamentos de TI precários e obsoletos**. Essa questão engloba computadores e equipamentos de informática insuficientes para a quantidade de servidores e/ou que não funcionam adequadamente; falta de webcam e caixas de som; internet lenta e com constante perda de conexão.

A segunda questão mais apresentada é a de **déficit de servidores**, mencionada por 61,76% das unidades. Nessa Região, essa questão engloba não só o número escasso de





servidores, mas também a carência de Oficiais de Justiça e Assessor de Juiz; a falta de servidores com formação em Direito e de conciliadores.

A terceira questão foi mencionada por 52,94% das unidades e relaciona-se com a **instabilidade dos sistemas processuais**. Nesta região, engloba-se a questão, além da instabilidade e erros do PJe, a insuficiência na prestação dos serviços de Service Desk para o atendimento das demandas e migração dos processos do sistema SAJ com perda total de toda a triagem.

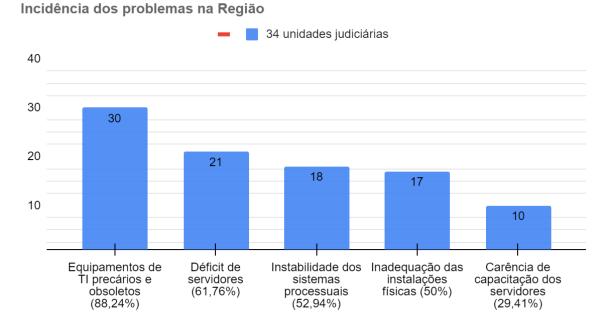
A quarta questão, citada por 50% das unidades, relaciona-se com a **inadequação** das instalações físicas do local de trabalho, a qual engloba não só a deficiência na estrutura física, principalmente no que tange os espaços dos cartórios, inclusive com a necessidade de reparos na estrutura elétrica e aparelhos de ar condicionado com defeitos; como também a segurança, que envolve a localização do fórum; a ausência de controle de acesso e detectores de metal; estacionamento insuficiente e mal iluminado.

A quinta questão tange à **carência de capacitação dos servidores**, mencionada por 29,41% das unidades, definida pela falta de conhecimento jurídico (principalmente dos servidores cedidos); necessidade de capacitação dos servidores quanto aos sistemas de movimentação processual e a falta de treinamento para novos servidores.





Região 2



4.3. **REGIÃO 3**

A Região 3 é formada pelas comarcas de **Feira de Santana, Irará, Santa Bárbara, Santo Estevão, Serrinha, Teofilândia, Conceição do Coité, Valente, Queimadas, Santa Luz, Itiúba, Cansanção e Monte Santo**. De um total de 40 (quarenta) unidades judiciárias da Região, **37 (trinta e sete)** unidades apresentaram seus *feedbacks*. A questão mais citada pelas unidades, cerca de 80,7% delas, é a de **equipamentos de TI precários e obsoletos**, tendo sido mencionada por aproximadamente 81% das unidades.

A segunda questão mais aparente é a do **déficit de servidores**. Assim como na Região 2, na Região 3 essa questão engloba não só o número escasso de servidores, mas também a carência de Oficiais de Justiça e Conciliadores; além da ausência de facilitador para realização de oitiva das vítimas na modalidade de depoimento especial; Assessores de Juiz e limitação da quantidade de estagiários.

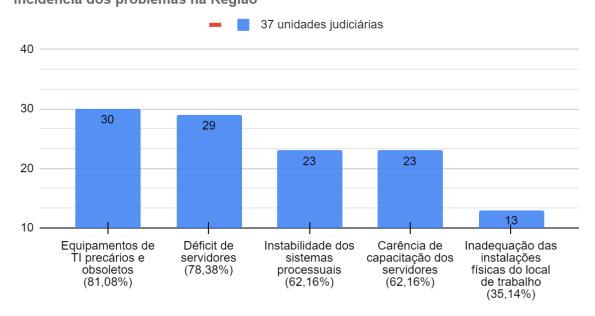




A terceira situação mais citada corresponde à **instabilidade dos sistemas processuais**, apresentada por aproximadamente 62,16% das unidades. Com a mesma quantidade (62,16%) aparece a **carência de capacitação dos servidores**, definida pela deficiência no treinamento dos servidores para utilização dos sistemas, bem como a dificuldade técnica da equipe por falta de conhecimento jurídico.

A quarta questão mais presente (35,14%) é a **inadequação das instalações físicas**, que engloba a questão da ergonomia do mobiliário; a insuficiência da segurança nos fóruns, sobretudo em relação a equipamentos como detectores de metais, além ausência da escolta e da indisponibilidade de veículos oficiais para a realização de atividades externas.

Região 3
Incidência dos problemas na Região



4.4. **REGIÃO** 4

A Região 4 é formada pelas comarcas de **Santo Antônio de Jesus, Nazaré, Itaparica, Camamu, Gandu, Valença, Wenceslau Guimarães, Ituberá e Taperoá**. De um





total de 20 (vinte) unidades judiciárias que compõem a Região, **19 (dezenove)** reportaram suas principais *weaknesses* (fraquezas) e *threats* (ameaças).

As categorias mais citadas foram **déficit de servidores** e **equipamentos de TI precários e obsoletos**, ambas mencionadas por 73,68% das unidades judiciárias da Região. A primeira questão abarca o número escasso de servidores para a demanda das unidades, a quantidade de servidores com aposentadoria em iminência, além da ausência de Oficiais de Justiça, Juízes Leigos e Conciliadores.

Citam ainda a questão do tempo do contrato dos estagiários de pós-graduação e a ausência de Juiz Titular. Sobre a questão dos equipamentos de TI, além do número insuficiente de equipamentos e/ou que não funcionam, as unidades relatam a lentidão e instabilidade da internet.

A terceira questão, mencionada por 63,16% das unidades, é a **instabilidade dos sistemas processuais.** Relatam a inoperância e inconsistências do sistema PJe 1º Grau, a falta de sincronização dos sistemas na migração de processos e ordenação de suas peças, que resultam em alto grau de estresse e ansiedade durante a análise processual.

A quarta questão apresentada é a **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, citada por aproximadamente 57,89% das unidades. Essa questão compreende a precariedade das condições estruturais das sedes das unidades e também as constantes interrupções no fornecimento de energia. Além disso, também está abarcada por essa questão a segurança, marcada pela insegurança nas portarias, bem como a frequência de pessoas sem a necessária apresentação de documentos e/ou devido registro de acesso às unidades.

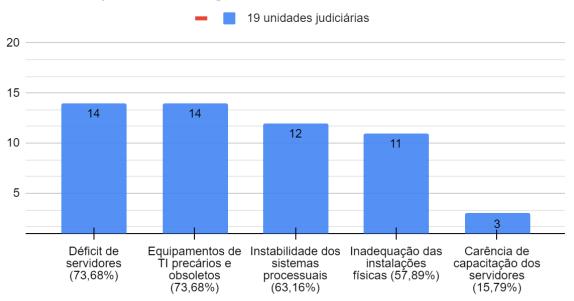
Ademais, foi citado por 15,79% das unidades a questão da **carência de capacitação de servidores**.





Região 4

Incidência dos problemas na Região



4.5. **REGIÃO** 5

No que diz respeito à Região 5, formada pelas comarcas de **Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Sapeaçu, Castro Alves, Santa Terezinha, Amargosa, Santo Amaro, São Felipe, São Félix, São Gonçalo dos Campos, Conceição do Almeida e Cachoeira**, todas as 18 (dezoito) unidades judiciárias que compõem a Região apresentaram suas demandas.

As problemáticas mais mencionadas são: a **equipamentos de TI precários e obsoletos** (88,89%), o **déficit de servidores** (55,56%) - questão que abarca o número escasso de servidores para a demanda das unidades; a quantidade de servidores com aposentadoria em iminência; quadro de Oficiais de Justiça incompatível com o volume de processos; a maioria das equipes formada por funcionários cedidos; unidades sem Juiz Titular e sem servidores com formação em Direito no cartório; além da ausência da Defensoria Pública nas Varas e Juizados das comarcas - e a **instabilidade dos sistemas processuais** (50%).

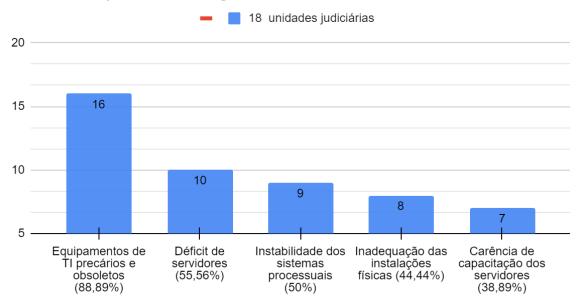




Foram mencionadas também a questão da **inadequação das instalações físicas**, por 44,44% das unidades, e da **carência de capacitação dos servidores** (38,89%).

Região 5





4.6. REGIÃO 6

A Região 6 é formada pelas comarcas de **Juazeiro, Campo Formoso, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Casa Nova, Curaçá, Jaguarari, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Sobradinho**. Nesta região, de um total de 25 (vinte e cinco) unidades judiciárias que a compõem, **24 (vinte e quatro)** apresentaram suas fraquezas e reportaram as ameaças.

A demanda com mais reincidência é a dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**, mencionada em aproximadamente 91,67% das unidades. Insta salientar que essa questão abrange computadores e equipamentos de informática insuficientes para a quantidade de servidores e/ou que não funcionam adequadamente; internet lenta e com constante perda de conexão; bem como a necessidade de *webcams* e caixas de som para as audiências híbridas.

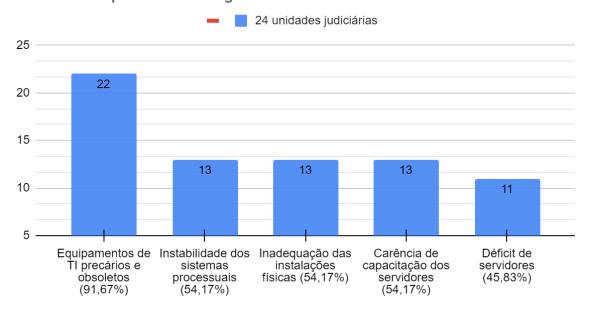




Em segundo lugar, as questões mais citadas foram a instabilidade dos sistemas processuais e a inadequação das instalações físicas do local de trabalho, que compreende a precariedade das condições estruturais das sedes das unidades e também as constantes interrupções no fornecimento de energia. Além disso, também está abarcada por essa questão a segurança, marcada pela insegurança nas portarias, bem como problemas de alagamentos em época de chuvas. E, ainda, a carência de capacitação dos servidores, todas essas questões foram igualmente mencionadas por 54,17% das unidades da região.

Por último, a questão de **déficit de servidores,** citada por aproximadamente 45,83% das unidades. Essa problemática enquadra não só o número escasso de servidores, mas também a ausência de Juiz Titular e a dependência de funcionários cedidos pelo Poder Público Municipal.

Região 6
Incidência dos problemas na Região







4.7. **REGIÃO** 7

No que tange a Região 7, formada pelas comarcas de Paulo Afonso, Jeremoabo, Cícero dantas, Antas, Paripiranga, Ribeira do Pombal, Araci, Tucano, Euclides da Cunha, Uauá e Chorrochó, de um total de 22 (vinte e duas) unidades judiciárias da Região, 21 (vinte e uma) apresentaram seus feedbacks.

Das unidades analisadas, 80,95% indicaram a questão dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**, que envolve a oscilação e lentidão da rede de internet; a necessidade de substituição de computadores que não funcionam e de disponibilização de scanners e impressoras multifuncionais.

A segunda questão mais pontuada é a do **déficit de servidores.** Nessa Região essa questão envolve não só o número escasso de servidores, mas também a quantidade de servidores com aposentadoria em iminência; a inexistência de juiz leigo e conciliador; a ausência, em muitas comarcas, de Juiz Titular e o número exíguo de estagiários e de Oficiais de Justiça.

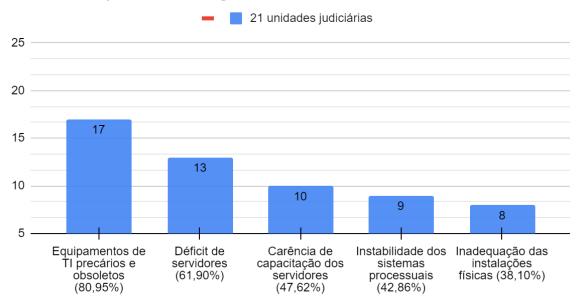
A terceira questão, presente no relatório de 47,62% das unidades, é a **capacitação dos servidores.** Essa problemática envolve, principalmente, queixas referentes à formação das equipes por servidores sem formação jurídica, sem conhecimento das competências jurisdicionais e cartorárias, sem domínio dos sistemas e, em sua maioria, advindos dos cartórios extrajudiciais. Dessa forma, as unidades relatam a necessidade de cursos de capacitação para qualificação dos servidores e estagiários.





Região 7

Incidência dos problemas na Região



4.8. **REGIÃO** 8

A Região 8, por sua vez, formada pelas comarcas de **Jacobina, Capela do Alto Alegre, Mairi, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Capim Grosso, Saúde, Miguel Calmon, Piritiba e Mundo Novo**, foi representada pelo diagnóstico de ameaças e fraquezas de **todas as 14 (catorze)** unidades que compõem a Região.

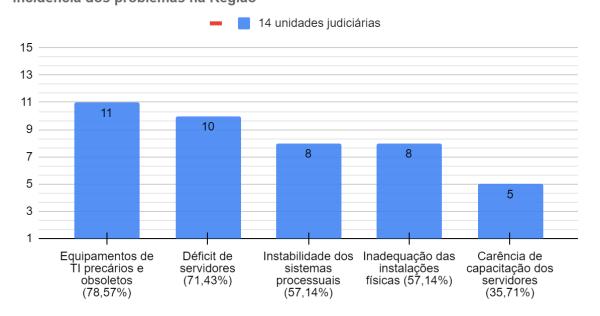
As questões mais apresentadas nesta Região são a dos **equipamentos de TI precários e obsoletos,** marcada principalmente pela má qualidade da rede de internet, e a do **déficit de servidores,** citadas por aproximadamente 78,57% e 71,43% das unidades, respectivamente.

Em seguida, os itens mais apontados por aproximadamente 57,14% das unidades são a **instabilidade dos sistemas processuais e a inadequação das instalações físicas**. Por último, foi mencionada por 35,71% das unidades da região a questão da **carência de capacitação dos servidores**.





Região 8
Incidência dos problemas na Região



4.9. **REGIÃO** 9

No que diz respeito à Região 9, formada pelas comarcas de **Porto Seguro, Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Santa Cruz Cabrália, Caravelas, Itamaraju, Itanhém, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas,** têm-se que a problemática mais contemplada, dentre as **28 (vinte e oito)** unidades participantes da pesquisa, é a dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**, trazida por 85,71% das unidades. A Região conta com um total de 32 (trinta e duas) unidades judiciárias.

Nessa Região, essa questão abarca não só a necessidade de substituição de computadores e monitores quebrados ou com mau funcionamento, como também a instabilidade e lentidão da rede de internet. A segunda demanda mais citada pelas unidades - aproximadamente 67,86% delas - é a da **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, que compreende a precariedade das condições estruturais das sedes das unidades e também as constantes interrupções no fornecimento de energia, bem como a falta de segurança, marcada pela ausência de detector de metais, câmeras, bem com a frequência de pessoas sem apresentação de documentos e/ou devido registro

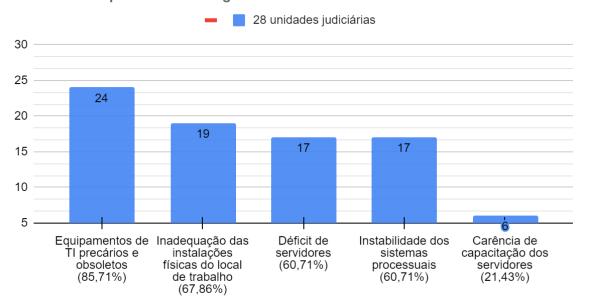




de acesso às unidades; além de problemas de infiltrações, aparelho de ar condicionado com defeito e mobiliários sem a devida ergonomia.

Em seguida, temos duas questões, ambas pontuadas por 60,71% das unidades. São elas: **déficit de servidores**, que abarca o número escasso de servidores, inclusive assessores de gabinete; a quantidade insuficiente de estagiários remunerados, além da dependência de cessão de funcionários do Poder Público Municipal; e a **instabilidade dos sistemas processuais**. A quinta demanda mais citada pelas unidades - aproximadamente 21,43% delas - é a carência de **capacitação dos servidores**.

Região 9
Incidência dos problemas na Região



4.10. REGIÃO 10

A Região 10, formada pelas comarcas de Ilhéus, Itabuna, Canavieiras, Itacaré, Una, Uruçuca, Buerarema, Camacã, Coaraci, Ibicaraí, Ibirapuã, Itajuípe e Ubaitaba, foi representada pelo diagnóstico de 37 (trinta e sete) unidades, de um total de 41 (quarenta e uma) unidades judiciárias que compõem a Região, Dentre essas, a questão mais



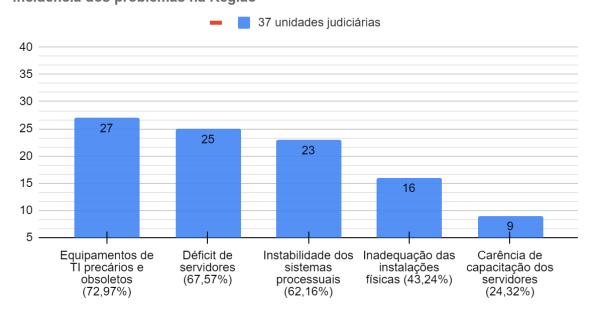


relatada foi a de **equipamentos de TI precários e obsoletos,** estando presente no feedback de 72,97% das unidades.

A segunda questão é a de **déficit de servidores,** citada por 67,57% das unidades, seguida pela questão de **instabilidade dos sistemas processuais,** pontuada por 62,16% das unidades.

A quarta demanda, apresentada por 43,24% das unidades, foi a **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, a qual engloba instalações físicas precárias, aparelhos de ar condicionado quebrados e/ou barulhentos; fiação aparente; elevadores que apresentam defeito constantemente; quedas de energia constantes; a falta de segurança no ambiente de trabalho.

Região 10 Incidência dos problemas na Região



4.11. REGIÃO 11

No que tange a Região 11, formada pelas comarcas de **Jequié, Ipiaú, Ubatã, Jitaúna, Ibirataia, Itagibá, Jaguaquara, Maracás, Santa Inês, Ubaíra, Laje e Mutuípe, 16**



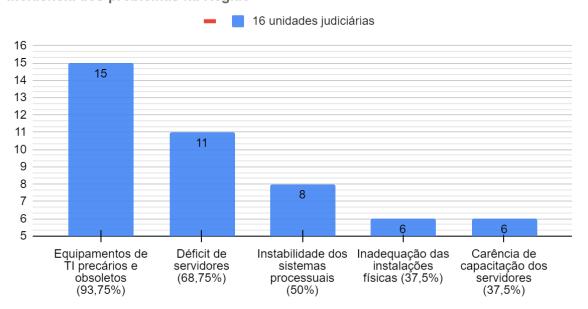


(dezesseis) unidades apresentaram seus *feedbacks*, de um total de 18 (dezoito) unidades judiciárias da Região.

Das unidades analisadas, 93,75% indicaram as questões **dos equipamentos de TI precários e obsoletos** e 68,75% sobre o **déficit de servidores** como as mais recorrentes. Nessa Região, vale ressaltar que a primeira questão envolve não só a necessidade de substituição dos equipamentos quebrados ou com mau funcionamento, como também a lentidão e oscilação da rede de internet local.

A terceira questão mais pontuada é a **instabilidade dos sistemas processuais**, citada por aproximadamente 50% das unidades, além das questões da **inadequação das instalações físicas** e da **carência de capacitação dos servidores**, ambas citadas por 37,50% das unidades envolvidas.

Região 11
Incidência dos problemas na Região







4.12. REGIÃO 12

A Região 12, formada pelas comarcas de **Alagoinhas, Catu, Cipó, São Sebastião do Passé, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itapicuru, Nova Soure, Olindina e Rio Real**, foi representada pelo diagnóstico de **19 (dezenove)** unidades, de um total de 20 (vinte) unidades judiciárias da Região.

Dentre essas, a questão dos **equipamentos de TI precários e obsoletos** está presente no *feedback* de 89,47% das unidades envolvidas. A segunda questão envolve a **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, a qual engloba instalações físicas precárias, aparelhos de ar condicionado quebrados e/ou barulhentos; fiação aparente; quedas de energia constantes; ausência de salas para depoimento especial e escuta especializada em algumas comarcas; e a segurança precária.

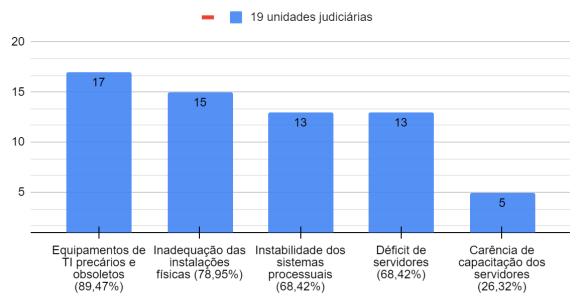
As questões três e quatro, ambas pontuadas por 68,42% das unidades, tange a **instabilidade dos sistemas processuais** e o **déficit de servidores**. Pontua-se que, na Região 12, essa problemática abarca não só o número escasso de servidores, mas também a ausência de juiz titular, juiz leigo e conciliador. Em quinto lugar, foi mencionada por 26,32% das unidades a questão da **carência de capacitação dos servidores.**





Região 12





4.13. REGIÃO 13

No que diz respeito à Região 13, formada pelas comarcas de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Cocos, Coribe, Correntina, Santa Maria da Vitória, Santana, Baianópolis, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Serra Dourada, todas as 25 (vinte e cinco) unidades judiciárias que compõem a Região apresentaram suas demandas.

A problemática com maior reincidência, com menção por aproximadamente 84% das unidades, é a dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**. O segundo ponto mais citado (por 57,8% das unidades) é o **déficit de servidores -** questão que abarca o número escasso de servidores para a demanda da unidade; a carência de Oficiais de Justiça; a ausência de Defensoria Pública; a falta de assessores de juiz e servidores em iminente aposentadoria.

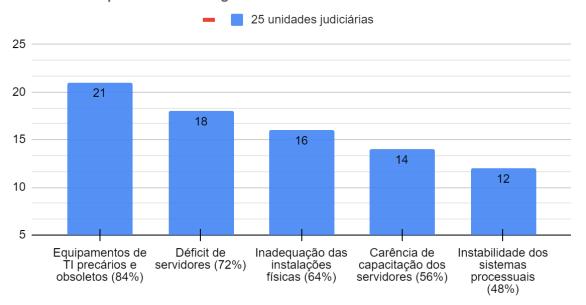
Em seguida, temos a questão da **inadequação das instalações físicas**, mencionada por 64% das unidades da Região e após, citado (por 57,8% das unidades), a





carência de capacitação dos servidores, principalmente no que tange aos servidores e estagiários com pouca experiência ou insuficiente nível de conhecimento, somada com a falta de capacitação dos servidores, em geral, no uso dos sistemas, o que demanda treinamento e orientações. Em quinto lugar, a questão da **instabilidade dos sistemas processuais,** mencionada por 48% das unidades.

Região 13
Incidência dos problemas na Região



4.14. REGIÃO 14

A Região 14, formada pelas comarcas de Irecê, Barra, Gentio do Ouro, Oliveira dos Brejinhos, Xique-Xique, Barra do Mendes, Canarana, Central, João Dourado, Lapão e Morro do Chapéu, foi representada pelo diagnóstico de todas as 17 (dezessete) unidades judiciárias que compõem a Região.

Dentre essas, a questão dos **equipamentos de TI precários e obsoletos** está presente no feedback de 70,59% das unidades envolvidas, que engloba a quantidade insuficiente de computadores, webcams e microfones, além da necessidade de substituição de equipamentos que não funcionam adequadamente. Foi relatado ainda sobre a oscilação e instabilidade da rede de internet local.



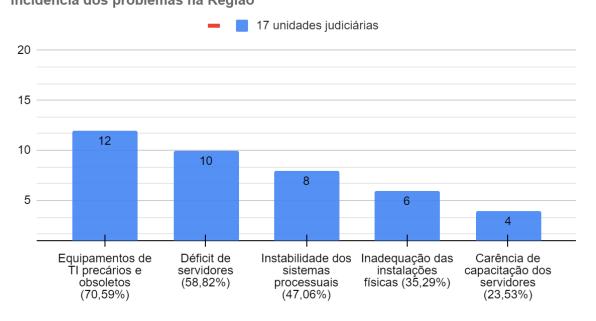


A segunda questão mais apresentada é a do **déficit de servidores** que está presente em 58,82% das unidades. Salienta-se que, na Região 14, essa problemática abarca não só o número escasso de servidores, mas também a inexistência de juiz titular em muitas comarcas.

A terceira questão é a da **instabilidade dos sistemas processuais**, apresentada por 47,06% das unidades, que relatam sobre as frequentes interrupções e lentidão no funcionamento dos sistemas atrapalham em demasia a produtividade.

Por último, foram mencionadas as questões da **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, por 35,29% das unidades, e a **carência de capacitação dos servidores,** citada por aproximadamente 23,53% das unidades da Região.

Região 14
Incidência dos problemas na Região







4.15. REGIÃO 15

No que tange a Região 15, formada pelas comarcas de Vitória da Conquista, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Cândido Sales, Encruzilhada, Iguaí, Itambé, Macarani, Planalto, Poções, Tremedal, todas as 34 (trinta e quatro) unidades judiciárias que compõem a Região apresentaram seus feedbacks.

Das unidades analisadas, aproximadamente 85,29% mencionaram a questão dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**. A problemática abarca a demora de resolução e substituição de equipamentos defeituosos e a oscilação e lentidão da rede de internet local.

Em segundo lugar, 73,53% das unidades indicaram a questão do **déficit de servidores** como a mais recorrente, tanto no âmbito de fraquezas internas quanto de ameaças externas, seja pelo número escasso de servidores, mas também a inexistência de juiz titular; a ausência de Defensoria Pública e a iminência de aposentadoria dos servidores.

O terceiro problema mais pontuado é o da **instabilidade dos sistemas processuais,** mencionado por aproximadamente 52,94% das unidades, seguido do problema que envolve a **capacitação dos servidores**, uma questão que necessita de atenção para 35,29% das unidades, tendo em vista que as unidades carecem de servidores com formação jurídica e capacitados nos sistemas informáticos utilizados no dia a dia.

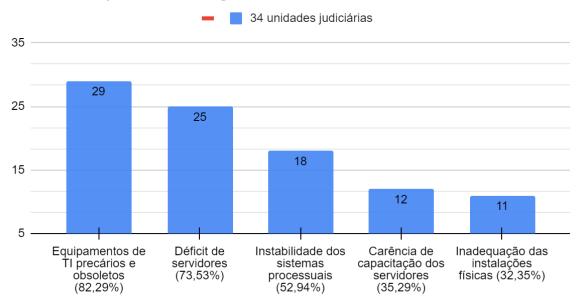
Por último, 32,35% das unidades relataram a **inadequação das instalações físicas no local de trabalho**.





Região 15

Incidência dos problemas na Região



4.16. REGIÃO 16

A Região 16, formada pelas comarcas de **Guanambi, Caetité, Carinhanha, Igaporã, Palmas de Monte Alto, Paramirim, Urandi, Bom Jesus da Lapa, Macaúbas, Riacho de Santana e Tanque Novo**, de um total de 18 (dezoito) unidades judiciárias da Região, **15 (quinze)** unidades participaram do diagnóstico.

Dentre essas, a questão dos **equipamentos de TI precários e obsoletos** foi a mais citada pelas unidades (73,33% destas), tendo sido ressaltada, principalmente, a precariedade da conexão à internet, que por muitas vezes apresenta lentidão extrema e inoperância. Seguida pelas questões da **instabilidade dos sistemas processuais** e da **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, ambas mencionadas por 53,33% das unidades da Região;

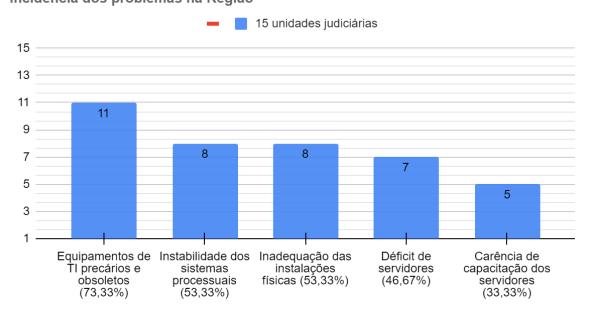
28





A questão do **déficit de servidores**, presente no feedback de aproximadamente 46,67% das unidades envolvidas, salienta-se não só o número escasso de servidores, mas também a inexistência de juiz titular em muitas comarcas. A quinta questão, apresentada por aproximadamente 33,33% das unidades, é a **necessidade de capacitação dos servidores**.

Região 16
Incidência dos problemas na Região



4.17. REGIÃO 17

No que diz respeito à Região 17, formada pelas comarcas de **Barra da Estiva**, **Brumado**, **Caculé**, **Condeúba**, **Ituaçu**, **Jacaraci**, **Livramento de Nossa Senhora**, **Presidente Jânio Quadros e Tanhaçu**, 12 (doze) unidades apresentaram suas demandas, de um total de 13 (treze) unidades judiciárias que compõem a Região.

A problemática com maior reincidência, com menção por 83,33% das unidades, é o **déficit de servidores -** questão que engloba não só o número escasso de servidores para



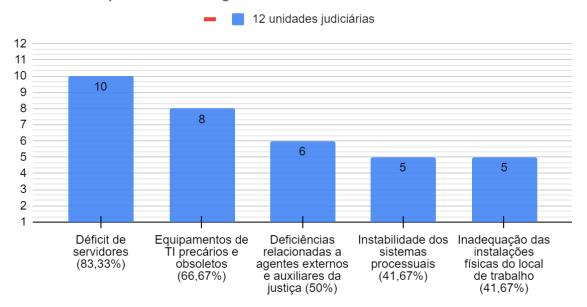


a demanda da unidade; como também a ausência de assessor e estagiários; a falta de Juiz titular, a carência de Oficiais de Justiça e a dependência de funcionários cedidos pelo Poder Público Municipal.

O segundo ponto mais citado (por aproximadamente 62,5% das unidades) é o de **equipamentos de TI precários e obsoletos.** Em terceiro, temos os problemas relacionados aos **agentes externos e órgãos auxiliares da justiça,** mencionado por 50% das unidades. A questão abarca a ausência da Defensoria Pública, do Ministério Público, além da escassez de psicólogos cadastrados para a realização de perícias.

Em quarto lugar, estão as questões de **instabilidade de sistemas processuais** e da **inadequação das instalações físicas do local de trabalho**, ambas mencionadas por 41,67% das unidades da Região.

Região 17
Incidência dos problemas na Região







4.18. REGIÃO 18

A Região 18, formada pelas comarcas de **Itaberaba, Ruy Barbosa, Ipirá, Andaraí, Lençóis, Iaçu, Utinga, Piatã, Ibotirama, Seabra e Iraquara**, foi representada pelo diagnóstico de **16 (dezesseis)** unidades, de um total de 18 (dezoito) unidades judiciárias da Região.

Dentre essas, a questão dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**, mencionada por 100% das unidades que responderam ao PDA na região, que abrange o problema de oscilação e queda da rede de internet local, além da quantidade insuficiente de computadores e/ou com precariedade de funcionamento.

A segunda questão apresentada é do **déficit de servidores,** o qual está presente no feedback de 62,5% das unidades envolvidas. Salienta-se que, na Região 18, essa problemática abarca não só o número escasso de servidores, mas também a precariedade no quadro de Oficiais de Justiça; a falta de Juiz Titular e de assessor de juiz.

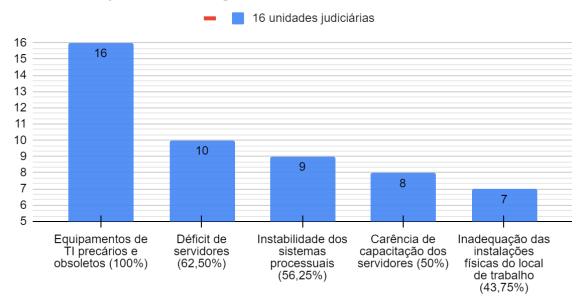
Em seguida, nota-se a presença de outras três questões mencionadas pelas unidades. São elas: a **instabilidade dos sistemas processuais** (56,25%), **a carência de capacitação dos servidores** (50%) e a **inadequação das instalações físicas do local de trabalho** (43,75%).





Região 18

Incidência dos problemas na Região



5. Panorama Geral das Unidades

Com base nas informações obtidas nos Planos Diretores Anuais (PDAs) elaborados por **489 unidades judiciárias**, no âmbito da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário do Estado da Bahia, para o ano de 2023, foi possível identificar os principais desafios enfrentados atualmente pelo 1º Grau:

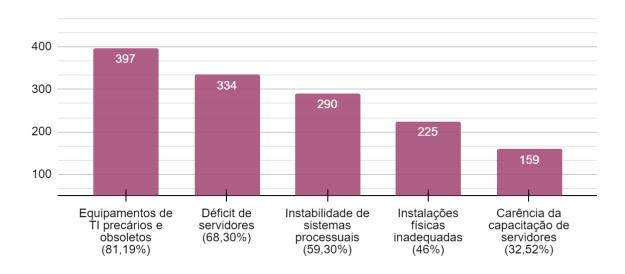




Todas as Regiões

Incidência dos problemas no PJBA

489 unidades judiciárias (incluindo-se os Cartórios Integrados)



De um modo geral, as questões apresentadas em cada CATEGORIA envolvem:

A. Equipamentos de TI precários e obsoletos:

- a. computadores e equipamentos de TI insuficientes para a quantidade de magistrados/servidores e/ou que não funcionam adequadamente;
- b. internet lenta e com bastante perda de conexão;
- c. necessidade de webcams, scanners, caixas de som e demais aparelhos.

B. Déficit de servidores:

- a. número escasso de servidores para a demanda da unidade;
- b. servidores com aposentadoria iminente;
- c. necessidade de servidores analistas (formados em Direito);
- d. ausência de conciliadores;

C. Instabilidade de sistemas processuais:

- a. instabilidade do sistema PJe 1º grau, apresentando muitos erros e ficando fora do ar;
- b. diversidade de sistemas;
- c. insuficiência da prestação de serviço do Service Desk para atendimento da demanda.





D. Instalações físicas inadequadas:

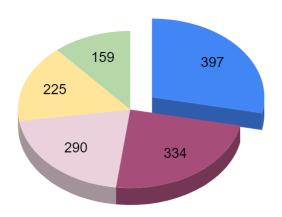
- a. aparelhos de ar condicionado quebrados ou barulhentos;
- b. ausência de copa e sanitário nas unidades;
- c. ausência de vagas de estacionamento para servidores e público externo;
- d. ausência de posto médico;
- e. insegurança no fórum, que engloba a localização do edifício, ausência de câmeras de monitoramento, de detector de metais e baixo quantitativo de vigias e policiais.

E. Carência de capacitação de servidores:

- a. servidores antigos com dificuldade e resistência no manuseio de novos sistemas/ inovações tecnológicas;
- b. necessidade de conhecimento dos servidores em prática jurídica.

Todas as Regiões

Incidência dos problemas no PJBA





Déficit de servidores (68,30%)
Instabilidade de sistemas processuais (59,30%)

Instalações físicas inadequadas (46%)
 Carência da capacitação de servidores (32,52%)

Identifica-se que a questão mais recorrente é a dos **equipamentos de TI precários e obsoletos**, mencionado por aproximadamente 81,19% das unidades. Em seguida, temos a questão do **déficit de servidores**, citada por cerca de 68,3% das unidades.





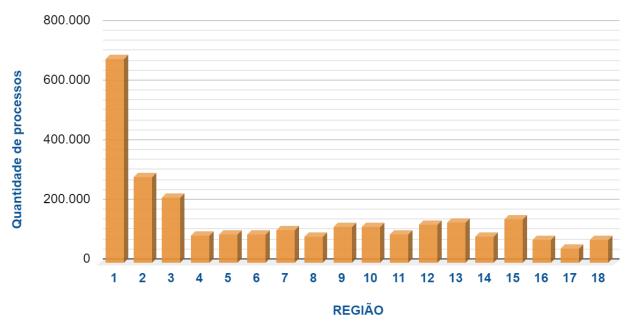
Outras questões amplamente mencionadas foram: a **instabilidade dos sistemas processuais** (59,3%), a **inadequação das instalações físicas** dos locais de trabalho (46%) e a **carência de capacitação dos servidores** (32,52%).





ACERVO TOTAL por REGIÃO









ACERVO PJE por REGIÃO

Mês base: Dezembro 2022

QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO PJE EM CARTÓRIO







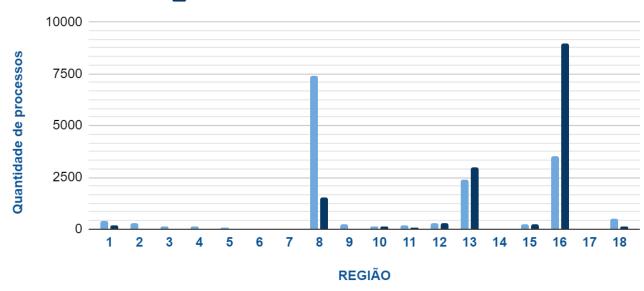


ACERVO SAJ por REGIÃO

Mês base: Dezembro 2022

QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO SAJ EM CARTÓRIO



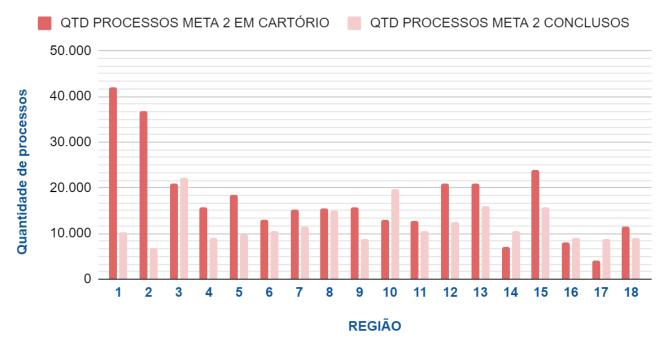






PROCESSOS META 2 por REGIÃO

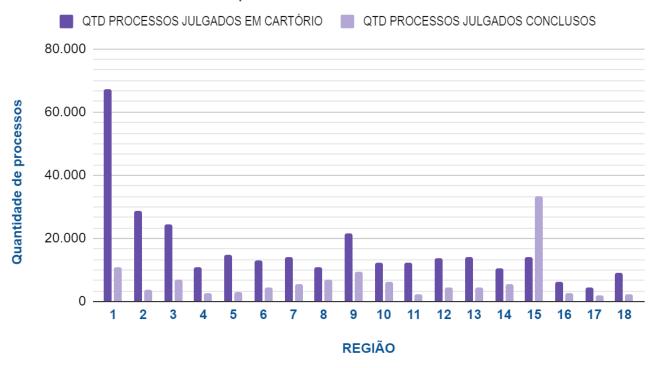
Mês base: Dezembro 2022







Processos JULGADOS por REGIÃO

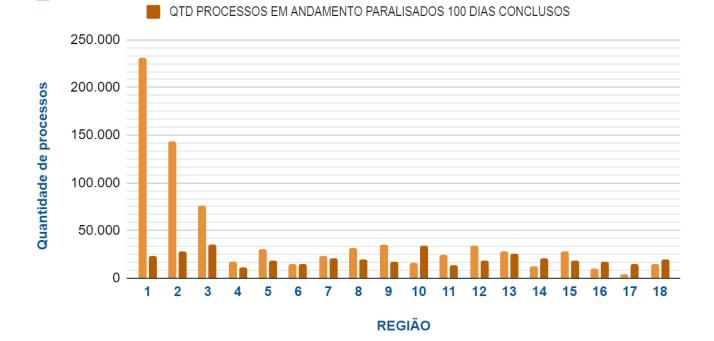






Processos EM ANDAMENTO paralisados há mais de 100 DIAS

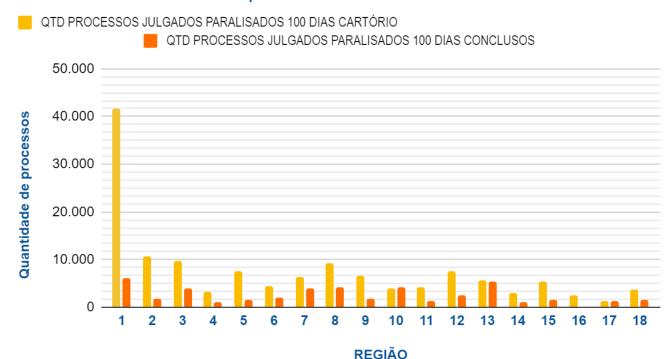








Processos JULGADOS paralisados há mais de 100 DIAS







6. Análise dos dados de acervo e produtividade por REGIÃO

As figuras acima apresentadas demonstram a situação do acervo do 1º grau de jurisdição, utilizando-se de dados extraídos do sistema EXAUDI, tendo como base o **mês de dezembro de 2022**, conforme os Planos Diretores Anuais (PDA 2023) entregues pelas varas a esta Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau.

A análise teve por foco os seguintes aspectos:

- Quantidade de acervo total existente nas unidades;
- Quantidade de **processos no sistema PJe**, em cartório e gabinete;
- Quantidade de **processos no sistema SAJ**, em cartório e gabinete;
- Quantidade de **processos relativos à Meta 2**, em cartório e gabinete;
- Quantidade de processos julgados em cartório e gabinete;
- Quantidade de **processos paralisados há mais de 100 (cem) dias**, julgados e em andamento, em cartório e em gabinete.

6.1. Quantitativo do acervo total por Região:

A tabela abaixo discrimina o quantitativo do acervo total de cada Região.

REGIÃO	ACERVO TOTAL Mês base: DEZ/2022	COMARCAS
1	683.812	SALVADOR
2	290.575	CAMAÇARI, CANDEIAS, DIAS D'ÁVILA, LAURO DE FREITAS, MATA DE SÃO JOÃO, SÃO FRANCISCO DO CONDE, SIMÕES FILHO, POJUCA, TERRA NOVA, AMÉLIA RODRIGUES, CONCEIÇÃO DO JACUÍPE E CORAÇÃO DE MARIA
3	219.841	FEIRA DE SANTANA, IRARÁ, SANTA BÁRBARA, SANTO ESTEVÃO, SERRINHA, TEOFILÂNDIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ, VALENTE, QUEIMADAS, SANTA LUZ, ITIÚBA, CANSANÇÃO, MONTE SANTO
4	92.904	SANTO ANTÔNIO DE JESUS, NAZARÉ, ITAPARICA, CAMAMU, GANDU, VALENÇA, WENCESLAU GUIMARÃES, ITUBERÁ E TAPEROÁ
5	96.336	CRUZ DAS ALMAS, GOVERNADOR MANGABEIRA, MARAGOGIPE, MURITIBA, SAPEAÇU, CASTRO ALVES, SANTA TEREZINHA, AMARGOSA, SANTO AMARO, SÃO FELIPE, SÃO FÉLIX, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E





REGIÃO	ACERVO TOTAL Mês base: DEZ/2022	COMARCAS
		CACHOEIRA
6	94.996	JUAZEIRO, CAMPO FORMOSO, PINDOBAÇU, SENHOR DO BONFIM, CASA NOVA, CURAÇÁ, JAGUARARI, PILÃO ARCADO, REMANSO, SENTO SÉ, SOBRADINHO
7	109.568	PAULO AFONSO, JEREMOABO, CÍCERO DANTAS, ANTAS, PARIPIRANGA, RIBEIRA DO POMBAL, ARACI, TUCANO, EUCLIDES DA CUNHA, UAUÁ, CHORROCHÓ
8	89.874	JACOBINA, CAPELA DO ALTO ALEGRE, MAIRI, RETIROLÂNDIA, RIACHÃO DO JACUÍPE, CAPIM GROSSO, SAÚDE, MIGUEL CALMON, PIRITIBA, MUNDO NOVO
9	121.685	PORTO SEGURO, BELMONTE, EUNÁPOLIS, GUARATINGA, ITABELA, SANTA CRUZ CABRÁLIA, CARAVELAS, ITAMARAJU, ITANHÉM, MEDEIROS NETO, MUCURI, NOVA VIÇOSA, PRADO, TEIXEIRA DE FREITAS
10	120.106	ILHÉUS, ITABUNA, CANAVIEIRAS, ITACARÉ, UNA, URUÇUCA, BUERAREMA, CAMACÃ, COARACI, IBICARAÍ, IBIRAPUÃ, ITAJUÍPE E UBAITABA
11	96.119	JEQUIÉ, IPIAÚ, UBATÃ, JITAÚNA, IBIRATAIA, ITAGIBÁ, JAGUAQUARA, MARACÁS, SANTA INÊS, UBAÍRA, LAJE, MUTUÍPE
12	130.491	ALAGOINHAS, CATU, CIPÓ, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, CONDE, ENTRE RIOS, ESPLANADA, INHAMBUPE, ITAPICURU, NOVA SOURE, OLINDINA, RIO REAL
13	136.511	BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, COCOS, CORIBE, CORRENTINA, SANTA MARIA DA VITÓRIA, SANTANA, BAIANÓPOLIS, COTEGIPE, FORMOSA DO RIO PRETO, RIACHÃO DAS NEVES, SANTA RITA DE CÁSSIA, SÃO DESIDÉRIO, SERRA DOURADA
14	88.968	IRECÊ, BARRA, GENTIO DO OURO, OLIVEIRA DOS BREJINHOS, XIQUE XIQUE, BARRA DO MENDES, CANARANA, CENTRAL, JOÃO DOURADO, LAPÃO, MORRO DO CHAPÉU
15	146.672	VITÓRIA DA CONQUISTA, ITAPETINGA, ITARANTIM, ITORORÓ, ANAGÉ, BARRA DO CHOÇA, BELO CAMPO, CÂNDIDO SALES, ENCRUZILHADA, IGUAÍ, ITAMBÉ, MACARANI, PLANALTO, POÇÕES, TREMEDAL
16	77.582	GUANAMBI, CAETITÉ, CARINHANHA, IGAPORÃ, PALMAS DE MONTE ALTO, PARAMIRIM, URANDI, BOM JESUS DA LAPA, MACAÚBAS, RIACHO DE SANTANA E TANQUE NOVO
17	47.531	BARRA DA ESTIVA, BRUMADO, CACULÉ, CONDEÚBA, ITUAÇU, JACARACI, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, PRESIDENTE JÂNIO QUADROS, TANHAÇU
18	79.182	ITABERABA, RUY BARBOSA, IPIRÁ, ANDARAÍ, LENÇÓIS, IAÇU, UTINGA, PIATÃ, IBOTIRAMA, SEABRA, IRAQUARA





REGIÃO	ACERVO TOTAL Mês base: DEZ/2022	COMARCAS
Total	2.722.753	

6.2. Quantitativo de processos **em andamento no PJe** - em cartório e gabinete - por Região

A tabela abaixo discrimina o quantitativo de processos em andamento no sistema PJe 1º Grau de cada Região, em cartório e em gabinete.

REGIÃO	QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO PJE EM CARTÓRIO	QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO PJE CONCLUSOS	COMARCAS
1	428.755	51.525	SALVADOR
2	290.575	64.307	CAMAÇARI, CANDEIAS, DIAS D'ÁVILA, LAURO DE FREITAS, MATA DE SÃO JOÃO, SÃO FRANCISCO DO CONDE, SIMÕES FILHO, POJUCA, TERRA NOVA, AMÉLIA RODRIGUES, CONCEIÇÃO DO JACUÍPE E CORAÇÃO DE MARIA
3	149.604	57.115	FEIRA DE SANTANA, IRARÁ, SANTA BÁRBARA, SANTO ESTEVÃO, SERRINHA, TEOFILÂNDIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ, VALENTE, QUEIMADAS, SANTA LUZ, ITIÚBA, CANSANÇÃO, MONTE SANTO
4	57.203	22.330	SANTO ANTÔNIO DE JESUS, NAZARÉ, ITAPARICA, CAMAMU, GANDU, VALENÇA, WENCESLAU GUIMARÃES, ITUBERÁ E TAPEROÁ
5	62.148	29.987	CRUZ DAS ALMAS, GOVERNADOR MANGABEIRA, MARAGOGIPE, MURITIBA, SAPEAÇU, CASTRO ALVES, SANTA TEREZINHA, AMARGOSA, SANTO AMARO, SÃO FELIPE, SÃO FÉLIX, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E CACHOEIRA
6	62.879	27.367	JUAZEIRO, CAMPO FORMOSO, PINDOBAÇU, SENHOR DO BONFIM, CASA NOVA, CURAÇÁ, JAGUARARI, PILÃO ARCADO, REMANSO, SENTO SÉ, SOBRADINHO
7	65.975	33.756	PAULO AFONSO, JEREMOABO, CÍCERO DANTAS, ANTAS, PARIPIRANGA, RIBEIRA DO POMBAL, ARACI, TUCANO, EUCLIDES DA CUNHA, UAUÁ, CHORROCHÓ
8	5.974	28.369	JACOBINA, CAPELA DO ALTO ALEGRE, MAIRI,





REGIÃO	QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO PJE EM CARTÓRIO	QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO PJE CONCLUSOS	COMARCAS
			RETIROLÂNDIA, RIACHÃO DO JACUÍPE, CAPIM GROSSO, SAÚDE, MIGUEL CALMON, PIRITIBA, MUNDO NOVO
9	82.178	39.157	PORTO SEGURO, BELMONTE, EUNÁPOLIS, GUARATINGA, ITABELA, SANTA CRUZ CABRÁLIA, CARAVELAS, ITAMARAJU, ITANHÉM, MEDEIROS NETO, MUCURI, NOVA VIÇOSA, PRADO, TEIXEIRA DE FREITAS
10	45.631	51.477	ILHÉUS, ITABUNA, CANAVIEIRAS, ITACARÉ, UNA, URUÇUCA, BUERAREMA, CAMACÃ, COARACI, IBICARAÍ, IBIRAPUÃ, ITAJUÍPE E UBAITABA
11	63.052	22.899	JEQUIÉ, IPIAÚ, UBATĂ, JITAÚNA, IBIRATAIA, ITAGIBÁ, JAGUAQUARA, MARACÁS, SANTA INÊS, UBAÍRA, LAJE, MUTUÍPE
12	85.965	35.488	ALAGOINHAS, CATU, CIPÓ, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, CONDE, ENTRE RIOS, ESPLANADA, INHAMBUPE, ITAPICURU, NOVA SOURE, OLINDINA, RIO REAL
13	68.592	42.058	BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, COCOS, CORIBE, CORRENTINA, SANTA MARIA DA VITÓRIA, SANTANA, BAIANÓPOLIS, COTEGIPE, FORMOSA DO RIO PRETO, RIACHÃO DAS NEVES, SANTA RITA DE CÁSSIA, SÃO DESIDÉRIO, SERRA DOURADA
14	36.203	36.262	IRECÊ, BARRA, GENTIO DO OURO, OLIVEIRA DOS BREJINHOS, XIQUE XIQUE, BARRA DO MENDES, CANARANA, CENTRAL, JOÃO DOURADO, LAPÃO, MORRO DO CHAPÉU
15	80.240	38.761	VITÓRIA DA CONQUISTA, ITAPETINGA, ITARANTIM, ITORORÓ, ANAGÉ, BARRA DO CHOÇA, BELO CAMPO, CÂNDIDO SALES, ENCRUZILHADA, IGUAÍ, ITAMBÉ, MACARANI, PLANALTO, POÇÕES, TREMEDAL
16	38.769	28.733	GUANAMBI, CAETITÉ, CARINHANHA, IGAPORÃ, PALMAS DE MONTE ALTO, PARAMIRIM, URANDI, BOM JESUS DA LAPA, MACAÚBAS, RIACHO DE SANTANA E TANQUE NOVO
17	27.356	24.712	BARRA DA ESTIVA, BRUMADO, CACULÉ, CONDEÚBA, ITUAÇU, JACARACI, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, PRESIDENTE JÂNIO QUADROS, TANHAÇU
18	37.551	31.471	ITABERABA, RUY BARBOSA, IPIRÁ, ANDARAÍ, LENÇÓIS, IAÇU, UTINGA, PIATÃ, IBOTIRAMA, SEABRA, IRAQUARA





REGIÃO	QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO PJE EM CARTÓRIO	QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO PJE CONCLUSOS	COMARCAS
total	1.688.650	665.774	

6.3. Quantitativo de processos **em andamento no SAJ** - em cartório e gabinete - por Região

A tabela abaixo discrimina o quantitativo de processos em andamento no SAJ de cada Região, em cartório e em gabinete. A partir da análise desses dados, é possível concluir sobre a importância do trabalho de migração de processos que tramitam no SAJ para o PJe. As Regiões que apresentaram a maior quantidade de processos não migrados, em dezembro de 2022, foram as Regiões 8, 13 e 16.

REGIÃO	QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO SAJ EM CARTÓRIO	QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO SAJ CONCLUSOS	COMARCAS
1	412	178	SALVADOR
2	284	42	CAMAÇARI, CANDEIAS, DIAS D'ÁVILA, LAURO DE FREITAS, MATA DE SÃO JOÃO, SÃO FRANCISCO DO CONDE, SIMÕES FILHO, POJUCA, TERRA NOVA, AMÉLIA RODRIGUES, CONCEIÇÃO DO JACUÍPE E CORAÇÃO DE MARIA
3	153	12	FEIRA DE SANTANA, IRARÁ, SANTA BÁRBARA, SANTO ESTEVÃO, SERRINHA, TEOFILÂNDIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ, VALENTE, QUEIMADAS, SANTA LUZ, ITIÚBA, CANSANÇÃO, MONTE SANTO
4	145	49	SANTO ANTÔNIO DE JESUS, NAZARÉ, ITAPARICA, CAMAMU, GANDU, VALENÇA, WENCESLAU GUIMARÃES, ITUBERÁ E TAPEROÁ
5	57	0	CRUZ DAS ALMAS, GOVERNADOR MANGABEIRA, MARAGOGIPE, MURITIBA, SAPEAÇU, CASTRO ALVES, SANTA TEREZINHA, AMARGOSA, SANTO AMARO, SÃO FELIPE, SÃO FÉLIX, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E CACHOEIRA
6	48	11	JUAZEIRO, CAMPO FORMOSO, PINDOBAÇU, SENHOR DO BONFIM, CASA NOVA, CURAÇÁ, JAGUARARI,





REGIÃO	QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO SAJ EM CARTÓRIO	QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO SAJ CONCLUSOS	COMARCAS
			PILÃO ARCADO, REMANSO, SENTO SÉ, SOBRADINHO
7	15	0	PAULO AFONSO, JEREMOABO, CÍCERO DANTAS, ANTAS, PARIPIRANGA, RIBEIRA DO POMBAL, ARACI, TUCANO, EUCLIDES DA CUNHA, UAUÁ, CHORROCHÓ
8	7.418	1.511	JACOBINA, CAPELA DO ALTO ALEGRE, MAIRI, RETIROLÂNDIA, RIACHÃO DO JACUÍPE, CAPIM GROSSO, SAÚDE, MIGUEL CALMON, PIRITIBA, MUNDO NOVO
9	222	24	PORTO SEGURO, BELMONTE, EUNÁPOLIS, GUARATINGA, ITABELA, SANTA CRUZ CABRÁLIA, CARAVELAS, ITAMARAJU, ITANHÉM, MEDEIROS NETO, MUCURI, NOVA VIÇOSA, PRADO, TEIXEIRA DE FREITAS
10	120	124	ILHÉUS, ITABUNA, CANAVIEIRAS, ITACARÉ, UNA, URUÇUCA, BUERAREMA, CAMACÃ, COARACI, IBICARAÍ, IBIRAPUÃ, ITAJUÍPE E UBAITABA
11	161	105	JEQUIÉ, IPIAÚ, UBATÃ, JITAÚNA, IBIRATAIA, ITAGIBÁ, JAGUAQUARA, MARACÁS, SANTA INÊS, UBAÍRA, LAJE, MUTUÍPE
12	319	290	ALAGOINHAS, CATU, CIPÓ, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, CONDE, ENTRE RIOS, ESPLANADA, INHAMBUPE, ITAPICURU, NOVA SOURE, OLINDINA, RIO REAL
13	2.385	3.009	BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, COCOS, CORIBE, CORRENTINA, SANTA MARIA DA VITÓRIA, SANTANA, BAIANÓPOLIS, COTEGIPE, FORMOSA DO RIO PRETO, RIACHÃO DAS NEVES, SANTA RITA DE CÁSSIA, SÃO DESIDÉRIO, SERRA DOURADA
14	0	0	IRECÊ, BARRA, GENTIO DO OURO, OLIVEIRA DOS BREJINHOS, XIQUE XIQUE, BARRA DO MENDES, CANARANA, CENTRAL, JOÃO DOURADO, LAPÃO, MORRO DO CHAPÉU
15	232	252	VITÓRIA DA CONQUISTA, ITAPETINGA, ITARANTIM, ITORORÓ, ANAGÉ, BARRA DO CHOÇA, BELO CAMPO, CÂNDIDO SALES, ENCRUZILHADA, IGUAÍ, ITAMBÉ, MACARANI, PLANALTO, POÇÕES, TREMEDAL
16	3.539	8.976	GUANAMBI, CAETITÉ, CARINHANHA, IGAPORÃ, PALMAS DE MONTE ALTO, PARAMIRIM, URANDI, BOM JESUS DA LAPA, MACAÚBAS, RIACHO DE SANTANA E





REGIÃO	QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO SAJ EM CARTÓRIO	QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO SAJ CONCLUSOS	COMARCAS
			TANQUE NOVO
17	0	0	BARRA DA ESTIVA, BRUMADO, CACULÉ, CONDEÚBA, ITUAÇU, JACARACI, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, PRESIDENTE JÂNIO QUADROS, TANHAÇU
18	488	123	ITABERABA, RUY BARBOSA, IPIRÁ, ANDARAÍ, LENÇÓIS, IAÇU, UTINGA, PIATÃ, IBOTIRAMA, SEABRA, IRAQUARA
total	15998	14706	

6.4. Quantitativo de processos **Meta 2** - em cartório e gabinete - por Região

A tabela abaixo discrimina a quantidade de processos incluídos na Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, que consiste em "julgar pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2018 no 1º grau", separados por Região, em cartório e em gabinete. Compete à unidade consultar periodicamente os sistemas processuais, para identificar os processos indevidamente paralisados, e realizar o devido impulso.

A maioria das Regiões apresenta maior quantidade desses processos em CARTÓRIO. No entanto, nas Regiões 3, 10, 14, 16 e 17, existe maior quantidade de processos de Meta 2 nos **gabinetes** de suas unidades judiciárias. É possível constatar, em dados disponibilizados pela Assessoria Especial da Presidência 1 - Magistrados, que a grande maioria das comarcas dessas Regiões possui unidades judiciárias **sem Juiz Titular**.

REGIÃO	QTD PROCESSOS META 2 EM CARTÓRIO	QTD PROCESSOS META 2 CONCLUSOS	COMARCAS
1	41.933	10.366	SALVADOR
2	36.825	6.808	CAMAÇARI, CANDEIAS, DIAS D'ÁVILA, LAURO DE FREITAS, MATA DE SÃO JOÃO, SÃO FRANCISCO DO CONDE, SIMÕES FILHO, POJUCA, TERRA NOVA, AMÉLIA RODRIGUES, CONCEIÇÃO DO JACUÍPE E CORAÇÃO DE MARIA





REGIÃO	QTD PROCESSOS META 2 EM CARTÓRIO	QTD PROCESSOS META 2 CONCLUSOS	COMARCAS
3	20.996	22.232	FEIRA DE SANTANA, IRARÁ, SANTA BÁRBARA , SANTO ESTEVÃO, SERRINHA, TEOFILÂNDIA , CONCEIÇÃO DO COITÉ, VALENTE, QUEIMADAS , SANTA LUZ, ITIÚBA, CANSANÇÃO, MONTE SANTO
4	15.847	9.111	SANTO ANTÔNIO DE JESUS, NAZARÉ, ITAPARICA, CAMAMU, GANDU, VALENÇA, WENCESLAU GUIMARÃES, ITUBERÁ E TAPEROÁ
5	18.570	9.738	CRUZ DAS ALMAS, GOVERNADOR MANGABEIRA, MARAGOGIPE, MURITIBA, SAPEAÇU, CASTRO ALVES, SANTA TEREZINHA, AMARGOSA, SANTO AMARO, SÃO FELIPE, SÃO FÉLIX, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E CACHOEIRA
6	13.087	10.501	JUAZEIRO, CAMPO FORMOSO, PINDOBAÇU, SENHOR DO BONFIM, CASA NOVA, CURAÇÁ, JAGUARARI, PILÃO ARCADO, REMANSO, SENTO SÉ, SOBRADINHO
7	15.249	11.481	PAULO AFONSO, JEREMOABO, CÍCERO DANTAS, ANTAS, PARIPIRANGA, RIBEIRA DO POMBAL, ARACI, TUCANO, EUCLIDES DA CUNHA, UAUÁ, CHORROCHÓ
8	15.443	14.962	JACOBINA, CAPELA DO ALTO ALEGRE, MAIRI, RETIROLÂNDIA, RIACHÃO DO JACUÍPE, CAPIM GROSSO, SAÚDE, MIGUEL CALMON, PIRITIBA, MUNDO NOVO
9	15.723	8.758	PORTO SEGURO, BELMONTE, EUNÁPOLIS, GUARATINGA, ITABELA, SANTA CRUZ CABRÁLIA, CARAVELAS, ITAMARAJU, ITANHÉM, MEDEIROS NETO, MUCURI, NOVA VIÇOSA, PRADO, TEIXEIRA DE FREITAS
10	12.961	19.728	ILHÉUS, ITABUNA, CANAVIEIRAS , ITACARÉ, UNA, URUÇUCA, BUERAREMA, CAMACÃ, COARACI , IBICARAÍ, IBIRAPUÃ , ITAJUÍPE E UBAITABA
11	12.740	10.401	JEQUIÉ, IPIAÚ, UBATÃ, JITAÚNA, IBIRATAIA, ITAGIBÁ, JAGUAQUARA, MARACÁS, SANTA INÊS, UBAÍRA, LAJE, MUTUÍPE
12	20.940	12.561	ALAGOINHAS, CATU, CIPÓ, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, CONDE, ENTRE RIOS, ESPLANADA, INHAMBUPE, ITAPICURU, NOVA SOURE, OLINDINA, RIO REAL
13	21.016	16.027	BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, COCOS, CORIBE, CORRENTINA, SANTA MARIA DA VITÓRIA,





REGIÃO	QTD PROCESSOS META 2 EM CARTÓRIO	QTD PROCESSOS META 2 CONCLUSOS	COMARCAS
			SANTANA, BAIANÓPOLIS, COTEGIPE, FORMOSA DO RIO PRETO, RIACHÃO DAS NEVES, SANTA RITA DE CÁSSIA, SÃO DESIDÉRIO, SERRA DOURADA
14	7.173	10.597	IRECÊ, BARRA, GENTIO DO OURO, OLIVEIRA DOS BREJINHOS, XIQUE XIQUE, BARRA DO MENDES, CANARANA, CENTRAL, JOÃO DOURADO, LAPÃO, MORRO DO CHAPÉU
15	23.906	15.730	VITÓRIA DA CONQUISTA, ITAPETINGA, ITARANTIM, ITORORÓ, ANAGÉ, BARRA DO CHOÇA, BELO CAMPO, CÂNDIDO SALES, ENCRUZILHADA, IGUAÍ, ITAMBÉ, MACARANI, PLANALTO, POÇÕES, TREMEDAL
16	8.067	9.114	GUANAMBI, CAETITÉ, CARINHANHA, IGAPORÃ, PALMAS DE MONTE ALTO, PARAMIRIM, URANDI, BOM JESUS DA LAPA, MACAÚBAS, RIACHO DE SANTANA E TANQUE NOVO
17	4.166	8.739	BARRA DA ESTIVA, BRUMADO, CACULÉ, CONDEÚBA, ITUAÇU, JACARACI, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, PRESIDENTE JÂNIO QUADROS, TANHAÇU
18	11.631	9.102	ITABERABA, RUY BARBOSA, IPIRÁ, ANDARAÍ, LENÇÓIS, IAÇU, UTINGA, PIATÃ, IBOTIRAMA, SEABRA, IRAQUARA
total	316.273	215.956	

6.5. Quantitativo de **processos julgados** em cartório e gabinete, por Região

A tabela abaixo discrimina o quantitativo de processos julgados de cada Região, em cartório e em gabinete.

REGIÃO	QTD PROCESSOS JULGADOS EM CARTÓRIO	QTD PROCESSOS JULGADOS CONCLUSOS	COMARCAS			
1	67.334	10.947	SALVADOR			
2	28.742	3.856	CAMAÇARI, CANDEIAS, DIAS D'ÁVILA, LAURO DE FREITAS, MATA DE SÃO JOÃO, SÃO FRANCISCO DO CONDE, SIMÕES FILHO, POJUCA, TERRA NOVA, AMÉLIA RODRIGUES, CONCEIÇÃO DO JACUÍPE E			





REGIÃO	QTD PROCESSOS JULGADOS EM CARTÓRIO	QTD PROCESSOS JULGADOS CONCLUSOS	COMARCAS
			CORAÇÃO DE MARIA
3	24.314	6.928	FEIRA DE SANTANA, IRARÁ, SANTA BÁRBARA, SANTO ESTEVÃO, SERRINHA, TEOFILÂNDIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ, VALENTE, QUEIMADAS, SANTA LUZ, ITIÚBA, CANSANÇÃO, MONTE SANTO
4	10.978	2.704	SANTO ANTÔNIO DE JESUS, NAZARÉ, ITAPARICA, CAMAMU, GANDU, VALENÇA, WENCESLAU GUIMARÃES, ITUBERÁ E TAPEROÁ
5	14.812	2.848	CRUZ DAS ALMAS, GOVERNADOR MANGABEIRA, MARAGOGIPE, MURITIBA, SAPEAÇU, CASTRO ALVES, SANTA TEREZINHA, AMARGOSA, SANTO AMARO, SÃO FELIPE, SÃO FÉLIX, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E CACHOEIRA
6	12.964	4.363	JUAZEIRO, CAMPO FORMOSO, PINDOBAÇU, SENHOR DO BONFIM, CASA NOVA, CURAÇÁ, JAGUARARI, PILÃO ARCADO, REMANSO, SENTO SÉ, SOBRADINHO
7	14.081	5.630	PAULO AFONSO, JEREMOABO, CÍCERO DANTAS, ANTAS, PARIPIRANGA, RIBEIRA DO POMBAL, ARACI, TUCANO, EUCLIDES DA CUNHA, UAUÁ, CHORROCHÓ
8	10.715	6.941	JACOBINA, CAPELA DO ALTO ALEGRE, MAIRI, RETIROLÂNDIA, RIACHÃO DO JACUÍPE, CAPIM GROSSO, SAÚDE, MIGUEL CALMON, PIRITIBA, MUNDO NOVO
9	21.479	9.321	PORTO SEGURO, BELMONTE, EUNÁPOLIS, GUARATINGA, ITABELA, SANTA CRUZ CABRÁLIA, CARAVELAS, ITAMARAJU, ITANHÉM, MEDEIROS NETO, MUCURI, NOVA VIÇOSA, PRADO, TEIXEIRA DE FREITAS
10	12.451	6.385	ILHÉUS, ITABUNA, CANAVIEIRAS, ITACARÉ, UNA, URUÇUCA, BUERAREMA, CAMACÃ, COARACI, IBICARAÍ, IBIRAPUÃ, ITAJUÍPE E UBAITABA
11	12.468	2.413	JEQUIÉ, IPIAÚ, UBATÃ, JITAÚNA, IBIRATAIA, ITAGIBÁ, JAGUAQUARA, MARACÁS, SANTA INÊS, UBAÍRA, LAJE, MUTUÍPE
12	13.554	4.468	ALAGOINHAS, CATU, CIPÓ, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, CONDE, ENTRE RIOS, ESPLANADA, INHAMBUPE, ITAPICURU, NOVA SOURE, OLINDINA, RIO REAL
13	13.986	4.525	BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, COCOS,





REGIÃO	QTD PROCESSOS JULGADOS EM CARTÓRIO	QTD PROCESSOS JULGADOS CONCLUSOS	COMARCAS
			CORIBE, CORRENTINA, SANTA MARIA DA VITÓRIA, SANTANA, BAIANÓPOLIS, COTEGIPE, FORMOSA DO RIO PRETO, RIACHÃO DAS NEVES, SANTA RITA DE CÁSSIA, SÃO DESIDÉRIO, SERRA DOURADA
14	10.630	5.662	IRECÊ, BARRA, GENTIO DO OURO, OLIVEIRA DOS BREJINHOS, XIQUE XIQUE, BARRA DO MENDES, CANARANA, CENTRAL, JOÃO DOURADO, LAPÃO, MORRO DO CHAPÉU
15	13.997	33.301	VITÓRIA DA CONQUISTA, ITAPETINGA, ITARANTIM, ITORORÓ, ANAGÉ, BARRA DO CHOÇA, BELO CAMPO, CÂNDIDO SALES, ENCRUZILHADA, IGUAÍ, ITAMBÉ, MACARANI, PLANALTO, POÇÕES, TREMEDAL
16	6.226	2.534	GUANAMBI, CAETITÉ, CARINHANHA, IGAPORÃ, PALMAS DE MONTE ALTO, PARAMIRIM, URANDI, BOM JESUS DA LAPA, MACAÚBAS, RIACHO DE SANTANA E TANQUE NOVO
17	4.592	2.027	BARRA DA ESTIVA, BRUMADO, CACULÉ, CONDEÚBA, ITUAÇU, JACARACI, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, PRESIDENTE JÂNIO QUADROS, TANHAÇU
18	9.097	2.149	ITABERABA, RUY BARBOSA, IPIRÁ, ANDARAÍ, LENÇÓIS, IAÇU, UTINGA, PIATÃ, IBOTIRAMA, SEABRA, IRAQUARA
total	302.420	117.002	

6.6. Quantitativo de processos **paralisados há mais de 100 (cem) dias** - julgados e em andamento - em cartório e em gabinete

Ao analisar a tabela abaixo, observa-se que, na maior parte das Regiões, existe maior quantidade de **processos paralisados há mais de cem dias** nos CARTÓRIOS, em relação à quantidade desses processos nos gabinetes. Em contrapartida, em seis localidades esse dado é maior nos **gabinetes** - nas Regiões **6, 10, 14, 16, 17 e 18**. É possível constatar, em dados disponibilizados pela Assessoria Especial da Presidência 1 - Magistrados, que a grande maioria das comarcas dessas Regiões possui unidades judiciárias **sem Juiz Titular**.





REGIÃO	QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS CARTÓRIO	QTD PROCESSOS EM ANDAMENTO PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS CONCLUSOS	OTD PROCESSOS JULGADOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS CARTÓRIO	OTD PROCESSOS JULGADOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS CONCLUSOS	
1	231.445	22.825	41.726	6.130	
2	142.977	28.292	10.785	1.839	
3	76.460	35.757	9.829	3.847	
4	17.072	11.257	3.129	1.006	
5	30.338	18.501	7.459	1.650	
6	14.869	14.958	4.513	2.065	
7	23.313	20.609	6.362	3.832	
8	31.172	19.638	9.303	4.139	
9	35.635	16.807	6.674	1.706	
10	16.537	33.940	3.959	4.210	
11	24.077	14.209	4.274	1.363	
12	34.459	18.694	7.529	2.612	
13	27.899	25.948	5.645	5.326	
14	12.855	20.887	2.986	1.100	
15	27.694	18.751	5.316	1.560	
16	10.583	16.889	2.433	36	
17	4.188	15.456	1.305	1.408	
18	14.803	19.344	3.801	1.578	
total	776.376	372.762	137.028	45.407	





7. Análise do Acervo dos Cartórios Integrados

7.1. Quantitativo do acervo dos Cartórios Integrados:

REGI ÃO*	competência dos CARTÓRIOS INTEGRADOS	ACERVO TOTAL em cartório integrado mês base: dezembro 2023	qtd processos META 2 em cartório integrado	qtd processos JULGADOS em cartório integrado	qtd processos paralisados 100 dias em ANDAMENTO em cart. integrado	qtd processos paralisados 100 dias JULGADOS em cart. integrado	qtd processos em grau de RECURSO em cart. integrado
	RELAÇÕES DE						
1	CONSUMO (5 CIs implantados)	161.341	28.317	30.242	32.937	7.925	12.843
	CÍVEL						
1	(2 CIs implantados)	117.448	47.864	18.487	40.876	11.637	3.736
	FAMÍLIA						
1	(2 CIs implantados)	53.141	7.290	2.138	5.414	348	195
	SUCESSÕES						
1	(1 CI implantado)	27.794	0	166	1461	0	59
	FAMÍLIA E SUCESSÕES						
3	(1 CI implantado)	16.472	6.231	129	226	1799	96
	CÍVEL						
10	(1 CI implantado)	8.828	498	128	451	151	812
	CÍVEL						
15	(1 CI implantado)	17.991	9.594	2.491	3.892	701	514
	TOTAL	403.015	99.794	53.781	85.257	22.561	18.255

Região/Comarcas: 1. Salvador; 3. Feira de Santana; 10. Itabuna; 15. Vitória da Conquista

7.2. Quantitativo do acervo dos GABINETES das varas integradas:

REGI ÃO*	competência das VARAS INTEGRADAS	ACERVO TOTAL em gabinete	qtd processos META 2 em gabinete	qtd processos JULGADOS em gabinete	qtd processos em gabinete paralisados há mais de 100 dias - em ANDAMENTO	qtd processos em gabinete paralisados há mais de 100 dias - JULGADOS	qtd processos em gabinete em grau de RECURSO
1	RELAÇÕES DE CONSUMO	77.260	11.832	6.390	2.006	10.749	603





REGI ÃO*	competência das VARAS INTEGRADAS	ACERVO TOTAL em gabinete	qtd processos META 2 em gabinete	qtd processos JULGADOS em gabinete	qtd processos em gabinete paralisados há mais de 100 dias - em ANDAMENTO	qtd processos em gabinete paralisados há mais de 100 dias - JULGADOS	qtd processos em gabinete em grau de RECURSO
1	CÍVEL	50.431	13.633	4.779	2.599	4.792	421
1	FAMÍLIA	26.606	3.090	504	109	3.139	53
1	SUCESSÕES	17.510	6.506	350	153	2.317	8
3	FAMÍLIA E SUCESSÕES	3.126	1.332	192	612	22	1
10	CÍVEL	929	276	166	33	9	0
15	CÍVEL	8.508	2.347	663	367	1.622	1
	TOTAL	184.370	39.016	13.044	5.879	22.650	1087

Região/Comarcas: 1. Salvador; 3. Feira de Santana; 10. Itabuna; 15. Vitória da Conquista

8. Conclusão

Os dados apresentados neste relatório pretendem nortear as ações da Administração na definição da ordem de prioridade e tomada de decisão, com o objetivo de cumprir diretriz estratégica voltada para o aperfeiçoamento dos serviços judiciários na primeira instância do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Nesse sentido, busca-se equilibrar os recursos orçamentários, patrimoniais, de tecnologia e de pessoal, a fim de direcionar programas, projetos e ações estratégicas para melhorar a qualidade da prestação jurisdicional. Essas ações estão alinhadas com a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, conforme estabelecido na Resolução nº 194/2014 do Conselho Nacional de Justiça.

9. Aprovação

Desa. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE

Coordenadora de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição